

HABEAS CORPUS Nº 547.722 - SP (2019/0352791-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : VINICIUS LUIS PEREIRA SILVA
ADVOGADO : VINICIUS LUIS PEREIRA SILVA - SP0400599
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR SANTOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de IGOR SANTOS DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem visada no *Writ* n. 2229652-83.2019.8.26.0000 para manter a segregação processual decretada em desfavor do ora paciente nos autos da Ação Penal n. 1500219-05.2019.8.26.0573.

Depreende-se dos autos que o acusado, após ser preso em flagrante no dia 28/8/2019, teve a prisão convertida em preventiva na audiência de custódia realizada no dia seguinte e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, na forma dos arts. 29 e 69 do Código Penal, porque, juntamente com outros três corréus, integraria associação criminosa para a prática do tráfico de drogas, tendo sido apreendidos com o grupo 2.528,13g de maconha.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal consubstanciado na fragilidade das provas da autoria delitiva, na ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo e na inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas.

Aduz, ainda, que, no caso, seria possível a substituição da custódia por medidas cautelares mais brandas, insculpidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Assim, requer, liminarmente, a concessão da ordem para que possa o paciente aguardar o julgamento do mérito deste *habeas corpus* em liberdade.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

E, da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que:

"Permanece vigente e plenamente aplicável a prisão preventiva, pelos mesmos fundamentos anteriormente previstos no art. 312, do CPP, quais sejam, para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, se presente justa causa e acaso não tenha o agente praticado fato típico sob excludente

*de ilicitude, conforme nova redação do art. 314, do CPP². A conveniência da prisão cautelar, como já decidiu o STF (RT 124/1033), deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa. Não se trata tão só do senso geral de reprovação de determinado crime, sob o prisma abstrato. Trata-se, na verdade, da aferição, pelo magistrado, das características do réu extraídas a partir do estudo da empreitada criminosa, pela cuidadosa leitura dos elementos trazidos aos autos. Com relação ao paciente, **verifica-se ter sido em flagrante porque, associado aos demais denunciados, guardava e mantinha em depósito 675 porções totalizando 2,528kg de maconha. A apreensão de narcótico em relevante quantidade é circunstância concreta a evidenciar que o paciente, solto, apresentaria efetivo risco à ordem pública, de sorte a neste caso, em especial, ser necessária a manutenção da excepcional segregação cautelar**" (e-STJ fls. 348-349, grifou-se).*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator